

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	23
CAPÍTULO I <i>A Economia: Objecto e Quadros de Análise</i>	27
1. Objecto	27
1.1. As dificuldades de uma definição	27
1.2. A definição de Robbins	28
1.2.1. As necessidades	29
1.2.2. Os bens	30
1.2.3. A produção	36
1.2.4. A utilidade	38
1.2.5. A escassez (ou raridade)	43
1.2.6. As escolhas em alternativa	46
1.3. Algumas outras delimitações	55
2. Abordagens e métodos de análise	56
2.1. Teoria, política e doutrina	56
2.2. Análise microeconómica e análise macroeconómica	57
2.3. Análise parcial (de equilíbrio parcial) e análise geral (de equilíbrio geral)	58
2.4. Análise estática e análise dinâmica	59
2.5. Método dedutivo e método indutivo	59
3. Interdependências inter e intra-disciplinares	62
3.1. A interdependência das questões económicas	63
3.2. A economia e outras disciplinas	64
3.2.1. Disciplinas do mundo físico	65
3.2.2. Disciplinas do mundo social	66

3.3. A matemática, a econometria e a história na investigação económica	70
CAPÍTULO II <i>Os Sistemas Económicos</i>	73
1. Noção	73
2. Do ahistoricismo dos clássicos à ideia do ‘fim da história’	73
3. A ideia da sucessão regular dos sistemas	74
3.1. A escola histórica alemã	75
3.2. Karl Marx	75
3.3. Werner Sombart	77
3.4. Colin Clark	79
3.5. Walter Rostow	80
4. Os tipos de organização	83
4.1. A direcção central	83
4.2. O mercado (e o papel das autoridades)	85
4.3. Sistemas mistos? Os serviços de interesse económico geral e a regulação	89
CAPÍTULO III <i>A Procura</i>	97
1. A lei da procura. Enunciado e representação gráfica	97
2. Fundamentação para a lei da procura	98
2.1. Efeitos de substituição e de rendimento. Casos excepcionais	98
2.2. Teoria da utilidade cardinal	101
2.3. Teoria da utilidade ordinal. A técnica das curvas de indiferença	102
3. A elasticidade-preço da procura	102
3.1. O modo de medir a elasticidade	103
3.2. Importância do cálculo das elasticidades	104
3.3. As situações diferentes de elasticidade-preço da procura	105
4. A elasticidade-cruzada. Bens sucedâneos e bem complementares	108
5. Da procura individual à procura agregada	110
6. A elasticidade-rendimento da procura	111
7. A procura função de outros factores	112
CAPÍTULO IV <i>A Oferta</i>	115
1. A lei da oferta. Enunciado e representação gráfica	115
2. Fundamentação para a lei da oferta. Da lei do rendimento decrescente à curva do custo marginal	116

3. A elasticidade-preço da oferta	118
4. As funções de produção e as combinações produtivas mais vantajosas	119
5. Outros custos de produção	121
6. As economias de escala e a curva do custo médio	122
7. A maximização do lucro e o andamento da oferta em função do preço	125
8. Objectivos dos empresários sem ser a maximização do lucro a curto prazo	127
9. As diferentes formas de organização empresarial	128

CAPÍTULO V *Mercados, Formação dos Preços e Comportamento dos Empresários* 129

1. As várias formas de mercado	129
2. A lei da procura e da oferta	132
3. A concorrência perfeita	135
3.1. Caracterização	135
3.2. O comportamento óptimo em relação ao preço do mercado	136
4. O monopólio	139
4.1. Caracterização e explicação	139
4.2. A curva da procura para o monopolista	140
4.3. A receita marginal e o comportamento óptimo em monopólio	141
4.4. Moderadores do preço	144
4.5. A renda dos consumidores e a discriminação dos preços	145
5. A concorrência monopolística	150
5.1. Caracterização e explicação	150
5.2. O preço de equilíbrio estável	151
6. O oligopólio	153
6.1. Caracterização e explicação	153
6.2. A indeterminação da procura e a formação do preço. A teoria dos jogos estratégicos	154
7. Juízo sobre as diferentes formas de mercado	158

CAPÍTULO VI *Políticas de Defesa da Concorrência e de Apoio Público* 163

1. Políticas contra as concentrações ou os abusos de poder económico	163
1.1. Raízes históricas e filosofias de actuação	163
1.2. A defesa da concorrência na União Europeia	165

1.2.1. Os acordos, associações e práticas concertadas entre empresas	166
1.2.2. Os abusos de posições dominantes	168
1.2.3. As concentrações de empresas (<i>mergers</i>)	168
1.2.4. Os monopólios nacionais	171
1.2.5. Aplicabilidade das regras da concorrência às empresas públicas	172
1.2.6. Os auxílios públicos	173
1.2.7. As compras públicas	177
1.3. A defesa da concorrência em Portugal	178
2. Políticas de apoio às pequenas e médias empresas (PME's)	181
3. Imperfeições do mercado, economias e deseconomias externas e intervenção pública	183
CAPÍTULO VII <i>A Participação na Produção e a Formação dos Preços dos Factores</i>	185
1. O salário	188
1.1. Formas	188
1.2. Aspectos peculiares da oferta do trabalho: a curto e a longo prazos (a evolução demográfica)	189
1.3. O mercado do trabalho	193
1.4. Determinantes do nível dos salários	194
1.4.1. A produtividade	195
1.4.2. As imperfeições do mercado	196
a) Falhas de informação e mobilidade	196
b) A situação das mulheres	196
c) A estratificação económica e social	197
2. A renda	198
3. O juro	200
4. O lucro	205
CAPÍTULO VIII <i>O Circuito Económico e a Contabilidade Nacional</i>	207
1. O circuito económico num modelo simplificado. O produto, o rendimento e a despesa	207
2. Modos de cálculo	209
3. Modelos mais complexos (e realistas)	210
4. A equivalência entre os agregados	212
5. A apresentação dos dados por entidades e por sectores (as matrizes de relações inter-sectoriais)	221

6. Os dados da contabilidade nacional como indicadores do êxito económico e do bem-estar das populações	224
<i>CAPÍTULO IX A Distribuição do Rendimento</i>	231
1. A avaliação da repartição do rendimento	231
1.1. As desigualdades a ter em conta	231
1.2. Modos de medir e analisar as desigualdades	232
1.2.1. Simples agregação dos dados em classes	232
1.2.2. Outros modos de medição e análise: as curvas de Lorenz e os coeficientes de Gini	235
2. As causas das desigualdades	239
3. Políticas de redistribuição	241
3.1. Políticas financeiras	243
3.1.1. Política fiscal	243
3.1.2. Política de despesas	247
3.2. Política de segurança social	247
3.3. Políticas de preços e rendimentos	248
3.4. Apreciação das políticas de redistribuição	248
<i>CAPÍTULO X As Oscilações da Actividade Económica</i>	253
1. As fases de prosperidade e de depressão	253
2. A dependência do produto, do rendimento e do emprego relativamente ao nível geral da despesa. O contributo da 'economia do lado da oferta'	253
3. Os vários tipos de despesas	258
3.1. As despesas de consumo privadas	258
3.1.1. A função-consumo	258
3.1.2. A função-aforro	259
3.1.3. A lei de Engel	260
3.2. As despesas de investimento privadas	260
3.3. As despesas públicas	261
3.3.1. As despesas civis de consumo (de funcionamento dos serviços)	261
3.3.2. A formação de capital público	261
3.3.3. As despesas militares	261
3.4. O exterior	262
4. Grandes diferenças de estabilidade	262

5. Os efeitos cumulativos sobre o rendimento. O multiplicador, o acelerador e o propulsor (remissão)	264
6. Os objectivos contraditórios de estabilização conjuntural (e de crescimento)	266
CAPÍTULO XI <i>A Moeda</i>	269
1. Origem	269
2. Funções	271
2.1. Meio geral e definitivo de pagamentos	271
2.2. Unidade de conta	271
2.3. Reserva de valor	273
3. Motivos de preferência pela liquidez	274
3.1. Motivo-transacções	274
3.2. Motivo-precaução	275
3.3. Motivo-especulação	276
3.4. Motivo-financiamento	279
3.5. Motivo-colocação	279
4. Espécies de moeda	280
4.1. Moeda de metal	280
4.1.1. Moeda-mercadoria	280
4.1.2. Moeda de trocos	281
4.2. Moeda de papel	281
4.2.1. Moeda representativa	282
4.2.2. Moeda fiduciária	282
4.2.3. Papel-moeda (ou moeda legal)	283
4.3. Moeda escritural ou bancária	283
4.4. Os agregados M_2 e M_3 (a 'massa monetária')	285
4.5. A expressão actual das várias formas monetárias	286
5. As operações de crédito realizadas pelos bancos	286
5.1. Referência breve ao sistema financeiro português	287
5.2. As operações passivas: os depósitos	289
5.3. As operações activas	290
5.3.1. Descontos	290
5.3.2. Aberturas de crédito	292
6. A criação de moeda	292
6.1. A criação da moeda metálica e da moeda de papel	292
6.1.1. A criação da moeda metálica	292

6.1.2. A criação da moeda de papel (v.g. do papel-moeda)	294
6.2. A criação da moeda escritural ou bancária	296
6.2.1. A reserva de caixa	296
6.2.2. Criação de moeda pelo sistema bancário	297
7. A teoria quantitativa da moeda	299
8. A política monetária	301
8.1. Actuação sobre as reservas mínimas obrigatórias	302
8.2. As operações em mercado aberto (<i>open market operations</i>)	303
8.3. As ‘facilidades permanentes’ de cedência e aceitação de fundos. O relevo das taxas de juro	303
9. O euro	305
9.1. As razões da sua criação	305
9.2. Implicações para Portugal	312
9.3. O papel do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e do Banco Central Europeu (BCE)	317
9.3.1. O objectivo básico a atingir	317
9.3.2. O Pacto de Estabilidade e Crescimento	317
9.3.3. O Tratado Orçamental	319
 CAPÍTULO XII <i>A Inflação</i>	 321
1. Noção	321
2. Medição	321
2.1. As escolhas e as ponderações a fazer	322
2.2. As variações no tempo	323
2.3. A evolução verificada ao longo das décadas	324
3. Causas	329
3.1. Predomínio dado a factores de procura. A explicação monetarista	329
3.2. Predomínio dado a factores de custo	331
3.3. Predomínio dado a factores estruturais	332
4. Desenvolvimento	332
5. Efeitos	335
5.1. Efeitos sobre a distribuição do rendimento e da riqueza	335
5.2. Efeitos sobre a produção e o emprego	336
5.3. Efeitos sobre o comércio internacional	338
6. A problemática da política anti-inflacionista. A política na zona euro (remissão)	339

CAPÍTULO XIII <i>O Comércio Internacional</i>	345
1. Relevos. O momento actual de globalização	345
2. Teorias explicativas do comércio	355
2.1. Determinantes do lado da oferta	355
2.1.1. Teoria clássica (Smith e Ricardo)	355
2.1.2. Teoria neo-clássica (Heckscher-Ohlin-Samuelson): da ‘proporção dos factores’	360
a) A formulação da teoria	360
b) O paradoxo de Leontief	362
2.1.3. Outras teorias	365
a) Explicações tecnológicas	365
I. A teoria do intervalo (<i>gap</i>) tecnológico (Posner)	365
II. A teoria do ciclo do produto (Vernon)	367
b) Economias de escala	369
2.2. Determinantes do lado da procura (breve referência)	369
3. As restrições ao comércio	370
3.1. Formas	370
3.2. Efeitos	373
3.2.1. Sobre o consumo	373
3.2.2. Sobre a produção	374
3.2.3. Sobre a balança dos pagamentos	374
3.2.4. De receitas fiscais	375
3.2.5. De transferência de rendimento (para os produtores)	375
3.2.6. De bem-estar. A diminuição da ‘renda dos consumidores’	375
3.3. As vias alternativas de intervenção	377
4. O proteccionismo	379
4.1. Avaliação geral	379
4.2. Argumentos com maior relevo e actualidade	380
4.2.1. O argumento dos termos do comércio	381
4.2.2. O argumento das indústrias nascentes	382
4.3. O modo de actuar e as dificuldades a ter em conta	386
4.4. O ‘sonho’ de que os outros não reajam às nossas intervenções proteccionistas	389
5. A integração económica	391
5.1. Evolução recente	391
5.2. Formas. O caso da União Europeia	392
5.3. Justificações não de ‘primeiro óptimo’	394

5.3.1. A teoria estática das uniões aduaneiras	394
5.3.2. O aproveitamento das vantagens da especialização	397
5.3.3. O aproveitamento de economias de escala	397
5.3.4. Efeitos dinâmicos	398
5.3.5. Efeitos de criação de rendimento	399
5.4. As limitações destas justificações	400
5.4.1. As limitações da teoria estática	400
5.4.2. Extensão da crítica às demais justificações	401
5.5. Melhores justificações económicas de espaços de integração	402
6. Os espaços regionais e a globalização	408
6.1. A evolução recente: o ‘segundo regionalismo’	408
6.2. As iniciativas nos vários continentes	410
6.2.1. Os círculos ‘concêntricos’ na Europa	411
6.2.2. A NAFTA	412
6.2.3. O MERCOSUL (e a América Latina)	412
6.2.4. O espaço da Ásia e da Oceania	415
6.2.5. A África e os países lusófonos	416
6.3. O significado dos movimentos em curso	416
6.3.1. A abertura muito diferente dos vários blocos	417
6.3.2. O aumento dos comércios intra e extra-regional	418
6.3.3. As estratégias dos blocos	418
6.3.4. A perspectiva de que se caminhe para o comércio livre mundial	420
7. O papel da Organização Mundial do Comércio (OMC)	425
CAPÍTULO XIV <i>Os Pagamentos Internacionais</i>	429
1. A Balança dos pagamentos	430
1.1. Composição	430
1.1.1. Balança corrente	430
1.1.2. Balança de capital	430
1.1.3. Balança financeira	431
1.1.4. A balança dos pagamentos portuguesa	431
1.2. A problemática do reequilíbrio	432
1.2.1. O reequilíbrio pela via cambial	434
a) O reequilíbrio automático com câmbios flutuantes	434
b) A teoria da paridade dos poderes de compra	435

c) O reequilíbrio através de alterações cambiais decididas pelas autoridades	436
1.2.2. O reequilíbrio procurando-se manter os câmbios. O papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)	437
1.2.3. O contributo das variações de rendimento	440
2. O caso europeu	442
2.1. No plano interno (da ‘Eurolândia’): reequilíbrio apenas com medidas internas (e com o apoio de fundos estruturais)	442
2.2. A sugestão de criação de um fundo para acorrer a choques assimétricos	445
2.3. No plano externo: a política de ‘negligência benigna’	446
3. O euro e o sistema monetário internacional. A participação no FMI	448
CAPÍTULO XV <i>Crescimento e Desequilíbrios Espaciais</i>	451
1. O crescimento	451
1.1. A tendência para o crescimento	451
1.2. Os factores de crescimento	453
1.2.1. Factores naturais	453
a) A inalterabilidade dos recursos naturais	453
b) O receio da insuficiência dos recursos naturais	455
c) A depredação de recursos	458
1.2.2. Factor humano	460
1.2.3. Capital	462
1.2.4. Tecnologia	463
2. A problemática do subdesenvolvimento	464
2.1. O quadro da pobreza mundial	464
2.2. Uma situação que se agrava?	468
2.3. Especiais dificuldades com cada um dos factores de crescimento	473
2.3.1. Recursos naturais	473
2.3.2. Recursos humanos	473
a) O problema demográfico	473
b) O problema da qualificação das pessoas	476
2.3.3. Capital	479
2.3.4. Tecnologia	484
2.4. O modelo político e económico adequado	485
2.5. Outras opções em alternativa	488

2.5.1. Protecționismo ou livre-cambismo? Os termos do comércio (ou de troca)	488
2.5.2. Indústria ou agricultura?	493
2.5.3. Uma maior concentração para o ‘arranque’?	493
3. A problemática dos desequilíbrios internos (regionais)	494
3.1. A anterior ausência de preocupações	494
3.2. As justificações da política regional	498
3.3. A atenção crescente dada à problemática dos desequilíbrios espaciais	502
3.3.1. Em Portugal	502
3.3.2. Na União Europeia	504
3.4. O Quadro Estratégico de Convergência (QEC), agora em aplicação (2014-2020)	506
3.5. Os resultados alcançados ao longo dos anos	509
3.5.1. No conjunto da União Europeia	509
3.5.2. No quadro regional português	516
3.6. O sentido contrário de outras políticas, em Portugal e na União Europeia	525
3.7. O futuro da política regional	527
3.8. A exigência de orçamentos realistas, adequados aos desafios e justos	529
3.8.1. A exiguidade dos recursos	529
3.8.2. As prioridades estabelecidas para as despesas	531
3.8.3. O financiamento dos orçamentos	533
ÍNDICE DE ASSUNTOS	541
ÍNDICE DE AUTORES	553
BIBLIOGRAFIA	563